

PROTEÇÃO DIVINA AO JUSTO *VERSUS* CASTIGO AO PECADOR (Mc 2,1-12)

José Raimundo Oliva

Resumo

É colocado em destaque o conceito de “pecado” no Antigo Testamento, e a prática de Jesus diante daqueles considerados “pecadores”. O Antigo Testamento fundamenta a pretensão à “eleição divina”, com a constituição de um “povo eleito”, o qual goza de privilégios, riqueza, e poder, sendo fonte de dualismo entre justo e pecador, salvo e condenado. Jesus, com sua palavra e sua prática, vem remover estes critérios excludentes, revelando a face do Deus de amor que a todos acolhe e liberta, resgatando a vida, em sua dimensão terrena, revestida de eternidade.

Abstract

An emphasis is placed on the Old Testament concept of “sin”, and the Jesus’ practice towards those considered “sinners”. The Old Testament bases the claim to divine election, by the constitution of a “chosen people”, who enjoys privilege, wealth and power, which is source of dualism between just and sinner, saved and condemned. The speech and practice of Jesus removes these exclusionary criteria, reveals the God of love’s face who accepts and releases everyone, rescuing life in its earthly dimension, coated of eternity.

O texto de Marcos (2,1-12)

¹Dias depois, Jesus entrou de novo em Cafarnaum e logo souberam que ele estava em casa. ²E ajuntou-se tanta gente que já não havia lugar nem à porta. E Jesus anunciava-lhes a Palavra. ³Vieram, então, a ele, quatro homens carregando um paralítico. ⁴E, como não pudessem aproximar-se dele por causa da multidão, fizeram um buraco no terraço acima do lugar onde Jesus se encontrava e, pela abertura, baixaram a maca em que jazia o paralítico. ⁵Então, vendo a fé que tinham, Jesus diz ao paralítico: “Filho, os seus pecados estão perdoados”. ⁶Estavam sentados, ali, porém, alguns dos escribas e pensavam em seus corações: ⁷“Por que este fala assim? Blasfema! Quem pode perdoar pecados senão só Deus?” ⁸Mas Jesus, imediatamente, percebendo em seu espírito, que assim pensavam em seu íntimo, disse-lhes: “Por que pensais assim em vossos corações? ⁹Que é mais fácil, dizer ao paralítico: Perdoados te são os teus pecados, ou dizer:

levanta-te, carrega o teu leito e anda? ¹⁰Pois bem, para que saibais que o Filho do Homem tem poder de perdoar pecados sobre a terra – diz ao paralítico: ¹¹A ti ordeno, levanta-te, carrega o teu leito e vai para a tua casa!” ¹²E levantou-se e, imediatamente, carregando o leito, saiu diante de todos, de modo que todos ficaram admirados e glorificavam a Deus, dizendo: “Algo assim nunca vimos!”

Esta narrativa da cura de um paralítico está presente nos três evangelhos sinóticos, com as características próprias de cada evangelista. Inicialmente no evangelho de Marcos, ela é reapresentada, sucessivamente, em Mt 9,1-8 e Lc 5,17-26.

No evangelho de Mateus a narrativa é incluída na coletânea de dez milagres, reunidos nos capítulos 8 e 9. Mateus a resume, dando destaque ao caráter milagroso da ação de Jesus, conforme o enfoque teológico messiânico/cristológico que caracteriza seu evangelho. O evangelho de Lucas aproxima-se mais, em detalhes, do texto de Marcos, embora atribua, também, um caráter taumatúrgico à ação de Jesus, na perspectiva cristológica, como Mateus, com a afirmação: “ele tinha um poder do Senhor para operar curas” (Lc 5,17b). Algumas vezes, em seu evangelho, Lucas traí o seu limitado conhecimento dos costumes palestinos. Neste episódio da cura do paralítico, Lucas afirma que, aqueles que carregavam o paralítico, tendo subido na cobertura da casa introduziram o leito entre as “telhas” (*kerámôn*). As casas palestinas eram cobertas com madeira e argila, formando um terraço superior; o uso de telhas cerâmicas como cobertura era uma técnica construtiva de uso greco-romano.

Marcos escreve seu evangelho na segunda metade da década de sessenta, após o fim do ministério de Paulo de Tarso. Paulo foi o grande desenvolvedor da cristologia pós-pascal, segundo a qual o centro da revelação situa-se na figura do ressuscitado, a ressurreição sendo mérito do autossacrifício redentor de Cristo, com o sangue derramado na cruz: “Mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, com a semelhança humana; e, achado na aparência de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até a morte, e morte de cruz. Por isso, Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome...” (Fl 2,7-9). Na Epístola aos Romanos diz: “Sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção realizada em Cristo Jesus, a quem Deus propôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue, mediante a fé, para manifestar a sua justiça” (Rm 3,24-25; cf. 5,8s). Posteriormente, em Hb 9, se desenvolverá amplamente este tema da redenção sacrificial pelo sangue derramado. A interpretação sacrificial da morte de Jesus se insere na tradição do Antigo Testamento, o qual sofre a influência das religiões sacrificiais da antiguidade, as quais se propunham, pelos sacrifícios, alcançar a reconciliação com a divindade, particularmente nas culturas mesopotâmicas e egípcia.

Segundo a teologia paulina, na carta aos Romanos, Jesus, entregando-se à morte na cruz, por obediência, foi, pela ressurreição, transformado no Cristo, Filho de Deus: “Acerca de seu Filho, que nasceu da descendência de Davi segundo a carne, constituído Filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos, Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rm 1,3-4). O acento da cristologia é o Cristo ressuscitado, filho de Deus, glorioso e poderoso, que virá julgar, salvar e condenar, tendo

no mundo seus representantes, revestidos, também, de glória e poder. Na teologia paulina não há nenhuma referência ao Jesus humano, pobre e humilde, histórico, a não ser “nascido de mulher” (Gl 4,4), “da descendência de Davi” (Rm 1,3) e a referência à morte de cruz. É o Cristo ressuscitado que goza da filiação divina, na plenitude da glória. Contudo, já na própria encarnação de seu Filho, Deus vem revelar que Jesus nasce entre os pobres e se faz pobre para ser encontrado entre os pobres.

Sob a influência da pregação paulina, a palavra “evangelho” (a palavra aparece 59 vezes nas cartas consensualmente autênticas, particularmente: “meu evangelho”, em Rm 2,16; 16,25), a partir do uso greco-romano indicando algum evento glorioso relacionado ao imperador, designava o anúncio de seu querigma centrado na morte sacrificial e ressurreição gloriosa de Cristo, descartando o conhecimento do Jesus histórico: “Assim que daqui por diante a ninguém conhecemos segundo a carne, e, ainda que também tenhamos conhecido Cristo segundo a carne, contudo agora já não o conhecemos deste modo” (2Cor 5,16). Pode-se perceber que Marcos, ao escrever seu evangelho após o fim do ministério de Paulo, tinha em vista recuperar o Jesus histórico, realçando a dimensão da encarnação e a dimensão humana de Jesus, pela qual Deus se faz presente na história, gente como a gente.

Partindo das tradições elaboradas dentre as primitivas comunidades vinculadas a Jerusalém, sob a influência paulina, Marcos procura resgatar a dimensão salvífica/libertadora da encarnação (*sôtêria*, em grego, traduzida por salvação, indica a libertação de uma situação constrangedora ou de um perigo). A encarnação é o fato fundamental da revelação de Deus na história. É pela encarnação que Deus se revela, através da prática amorosa e libertadora de Jesus, humano e histórico.

A doença e o pecado no Antigo Testamento

O paralítico, portador de uma deficiência física, era considerado um doente. E a doença era tida como um castigo divino, em consequência de algum pecado cometido. Esta compreensão, com respaldo em várias passagens do Antigo Testamento, estava consolidada pela teologia da retribuição: a divindade premia com riqueza e saúde os justos e castiga com pobreza e doença os pecadores. No Livro de Jó, o autor faz uma tentativa de neutralizar esta doutrina.

O pecado introduzido no Livro de Gênesis, na narrativa de Adão e Eva no paraíso, é essencialmente um ato de desobediência a Deus e, em consequência, Eva e Adão são castigados com dores e sofrimentos. A própria humanidade pecadora é exterminada no dilúvio, só salvando-se o justo Noé com sua família, protótipo de Abraão e do povo eleito. E é com esta característica radical que o pecado é encontrado ao longo do Antigo Testamento.

A palavra que corresponde a “pecado” no Antigo Testamento, em hebraico, é *hēt*. O seu significado corresponde ao ato de errar o alvo, sair do caminho, perder. O alvo, no caso, era a Lei. Era considerado pecado qualquer ato ou omissão que contrariasse as inúmeras observâncias legais religiosas, acumuladas na Lei por tradições sucessivas. Na religião de Israel, Deus é apresentado como aquele que está presente no

templo de Jerusalém e se manifesta através da Lei, com suas centenas de preceitos minuciosos, sob controle da casta religiosa. A desobediência a este poder religioso passa a ser a desobediência a Deus, passa a ser pecado. E o povo humilde e oprimido era enquadrado como pecador. Assim, na doutrina dos chefes religiosos do Templo e das sinagogas, o pecado tinha um sentido predominantemente legalista. Ainda mais, a prosperidade era considerada uma bênção de Deus, enquanto a pobreza e miséria, bem como as doenças, eram consideradas castigo de Deus por pecados cometidos (o que é contestado no Livro de Jó).

Com o “pecado” fica estabelecido um dos critérios fundamentais de uma religião elitista e excludente, ao qual se somará a doutrina da eleição. Com a categoria discriminatória de “pecador”, conforme as normas legais emanadas das elites religiosas de Judá, o povo obreiro e humilde era mantido submisso, obediente, e explorado. A santidade era privilégio das castas que praticavam frequentes rituais de purificação, julgando-se justos. Os pobres e humildes, particularmente os doentes, eram excluídos e humilhados pela Lei, considerados como “pecadores”. Jesus vem remover esta humilhação que submetia o povo ao poder religioso do templo de Jerusalém, resgatando a sua dignidade.

O Antigo Testamento é marcado pelo dualismo que tem como matriz dominante a teologia da eleição divina: aos eleitos se contrapõem os não eleitos. Este dualismo se manifesta em relação ao povo, como todo, “povo eleito”, ao qual se contrapõe os gentios, tidos como “inimigos”, conceito continuamente presente ao longo do livro, particularmente sendo mencionados 102 vezes em 60 Salmos. Contudo, mesmo entre o povo eleito, o dualismo se manifesta entre os puros e impuros, os justos e os pecadores. Fica estruturada, assim, uma pirâmide de eleição, poder, e privilégios, que tem no seu vértice as lideranças das sinagogas e a casta sacerdotal do templo de Jerusalém.

Com a narrativa do Êxodo, apresentado como fato concreto, fica criado o fundamento da fé na doutrina da eleição divina de um povo, sendo este Êxodo apresentado como a intervenção fundamental da divindade na história, a favor deste povo. O povo eleito, oprimido, é libertado, com o sacrifício do próprio povo egípcio, também oprimido pelo faraó. A própria natureza é violentada pelas nove pragas e, na décima praga, os egípcios são vitimados pela morte de seus primogênitos, bem como pela morte dos primogênitos dos animais (Ex 11,4-8; 12,29-30). O favorecimento divino aos eleitos inclui, ainda, a expropriação dos bens dos egípcios, homens e mulheres hebreus levando objetos de prata e ouro de seus vizinhos egípcios (Ex 11,2; 12,35-36; cf. Sl 105,36-37).

O êxodo do Egito é o passo inicial para a confirmação da eleição, plenamente manifesta com a posse da “terra prometida”. Na caminhada pelo deserto, qualquer contestação da autoridade de Moisés era punida com a morte, como no caso de Coré, Datã, e Abiram que, com suas famílias, foram engolidos pela terra que se abriu e fechou sobre eles (Nm 16). Assim, também, acontece com Miriam, que foi castigada com a lepra por contestar a autoridade de Moisés, seu irmão (Nm 12).

A ocupação da terra se dá com o extermínio dos povos aí estabelecidos, conforme a conclusão do Código da Aliança, recebido por Moisés e anunciado ao povo, no capítulo 23 do livro do Êxodo: “Vou enviar um anjo¹ na frente de você, para que ele cuide de você no caminho e o leve até o lugar que eu preparei para você. Respeite-o e obedeça a ele. Não se revolte, porque ele leva consigo o meu nome, e não perdoará suas revoltas. Contudo, se você lhe obedecer fielmente e fizer tudo o que eu disser, então eu serei inimigo de seus inimigos e adversário de seus adversários. Meu anjo irá à frente de você e o levará aos amorreus, heteus, ferezeus, cananeus, heveus e jebuseus, e eu os exterminarei... Enviarei diante de você o meu terror, confundindo qualquer povo no meio do qual você entrar, e farei com que todos os seus inimigos fujam de você... Eu os expulsarei pouco a pouco, até que você se multiplique e tome posse da terra. Eu marquei as fronteiras do seu país, desde o mar Vermelho até o mar dos filisteus, e desde o deserto até o rio Eufrates. Entregarei em suas mãos os habitantes da terra, para que você os expulse de sua frente. Não faça alianças com eles, nem com seus deuses. Não os deixe habitar em sua terra, para que eles não façam você pecar contra mim, adorando os deuses deles, que serão uma cilada para você” (Ex 23,20-23.27.30-33). Na ocupação da terra de Canaã, a regra divina na tomada das cidades e povoações era a consagração da população local como anátema a Javé, isto é, passar ao fio da espada homens, mulheres, crianças e idosos (Dt 7,2; Js 6,21).

Tal doutrina da eleição fica caracterizada por um núcleo ideológico que favorece as elites de Israel. No destaque dado à figura de Moisés e da Lei fica estabelecido um protótipo do sumo sacerdócio do Segundo Templo, da linhagem sadoquita, zelador da Lei e privilegiado pela exclusividade no acesso ao Santo dos Santos para, uma vez por ano, realizar o serviço cultural expiatório. Por suas observâncias religiosas os chefes de Israel se consideram justos, formando um “povo santo”, conforme Dt 28,9: “O Senhor te confirmará para si como povo santo, como te tem jurado, quando guardares os mandamentos do Senhor teu Deus, e andares nos seus caminhos”, isto é, na fidelidade à Lei.

Ao povo eleito é garantida a “paz”. O substantivo, em hebraico, *šālôm*, com o verbo, *šālam*, e o adjetivo, *šālēm*, correspondentes (com a mesma raiz: *šlm*), indica uma situação de plenitude e bem-estar na vida, com sentidos variados: satisfação, abundância, riqueza, prosperidade, um negócio bem-sucedido, uma vitória sobre o inimigo e sua submissão, e outros.

No episódio de Elias e a viúva, o verbo significa pagar a dívida: “Então veio ela, e o fez saber ao homem de Deus; e disse ele: Vai, vende o azeite, e paga (*šālmi*) a tua dívida; e tu e teus filhos vivei do resto” (2Rs 4,7).

Um bom entendimento entre Salomão e Hiram, rei de Tiro, acontece com um acordo comercial para o fornecimento de madeira para a construção do Templo: “Deu, pois, o Senhor a Salomão sabedoria, como lhe tinha falado; e houve um bom entendimento (*šālôm*) entre Hiram e Salomão, e ambos fizeram acordo” (1Rs 5,26).

1. O próprio Moisés é protótipo das elites religiosas de Israel.

Em Dt 27,6, o adjetivo tem o sentido de monolítico: “De pedras inteiras (*šlēmōt*) edificarás o altar do Senhor teu Deus; e sobre ele oferecerás holocaustos ao Senhor teu Deus”.

É a paz que vigora entre os “eleitos”, que gozam de prosperidade: “Alegrei-me quando me disseram: Vamos à casa do Senhor. Os nossos pés estão dentro das tuas portas, ó Jerusalém. Jerusalém está edificada como uma cidade que é compacta. Onde sobem as tribos, as tribos do Senhor, até ao testemunho de Israel, para darem graças ao nome do Senhor. Pois ali estão os tronos do juízo, os tronos da casa de Davi. Oraí pela paz (*šālôm*) de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam. Haja paz (*šālôm*) dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios. Por causa dos meus irmãos e amigos, direi: Paz (*šālôm*) esteja em ti. Por causa da casa do Senhor, nosso Deus, buscarei o teu bem” (Sl 122,1-9; cf. 128).

Por outro lado, os considerados inimigos de Israel são punidos com chagas, doenças, e morte. Em 1Sm 5 e 6, os filisteus são castigados com hemorroidas por terem se apossado da Arca, sendo curados pela devolução da mesma a Israel, acompanhada com as imagens da doença reproduzidas em ouro, como reparação.

Assim, também, nos Salmos: “Levanta-te, Senhor! Salva-me, Deus meu; pois feriste a todos os meus inimigos nos queixos; quebraste os dentes aos ímpios” (Sl 3,8); “Deste-me também o pescoço dos meus inimigos para que eu pudesse destruir os que me odeiam” (Sl 18,40); “Persigo os meus inimigos e os alcanço, não volto atrás sem tê-los exterminado; eu os massacro, e não podem levantar-se, eles caem debaixo de meus pés. Pois me cinges de força para a guerra e curvas sob mim os meus agressores. Entregas-me o pescoço dos meus inimigos e eu extermino os que me odeiam” (Sl 18,38-41); “Filha da Babilônia, que hás de ser destruída, feliz aquele que devolver a ti o mal que nos fizeste! Feliz aquele que pegar teus nenês e esmagá-los contra a rocha” (Sl 137,8-9).

Uma das características dos eleitos, bastante presente no Antigo Testamento, é a autovitimação, pela qual ficam reforçados os privilégios da eleição. Neste sentido, é bem expressivo o Salmo 129, de peregrinação a Jerusalém: “Muitas vezes me angustiaram, desde a minha juventude, diga-o agora Israel. Muitas vezes me angustiaram, contudo não prevaleceram contra mim. Sobre as minhas costas araram os lavradores e nelas abriram longos sulcos. O Senhor é justo, cortou a corda dos ímpios. Sejam confundidos e voltem atrás todos os que odeiam Sião. Sejam como a erva dos telhados que seca antes que a arranquem... Nem tampouco os que passam lhes dizem: A bênção do Senhor esteja convosco...”

A paz do povo eleito assemelha-se à “*pax romana*”, sob o lema: “se desejas a paz prepara-te para a guerra”. É o lema dos grandes impérios até hoje. A paz almejada é conquistada com o extermínio daqueles que ameaçam o bem-estar dos eleitos. O prêmio Nobel da Paz de 2009, Barack Obama, parece ter seguido este critério e o premiado vem adotando esta prática.

O próprio Israel, nos momentos de infidelidade, é castigado com feridas e chagas (Jr 30,1-17), porém (v. 17) “te restaurarei a saúde (*’arūkâ*), e te curarei as tuas chagas,

diz o Senhor; porquanto te chamaram a repudiada, dizendo: É Sião, já ninguém pergunta por ela”... (Jr 33,6) “Eis que eu trarei a ela saúde (*'arûkâ*), e cura, e os sararei, e lhes manifestarei abundância de paz (*šālôm*) e de verdade”. Também são punidos os dissidentes da dinastia davídica: “Assim recairá o sangue destes sobre a cabeça de Joab e sobre a cabeça da sua descendência para sempre; mas a Davi, e à sua descendência, e à sua casa, e ao seu trono, dará o Senhor paz (*šālôm*) para todo o sempre” (1Rs 2,33).

No Antigo Testamento a lepra, muito rudimentarmente caracterizada, aparece várias vezes como sinal do castigo divino. Miriam foi castigada com a lepra, por ter murmurado, junto com Arão, contra Moisés, irmão deles; observa-se o caráter discriminatório da narrativa, na qual, dentre os dois irmãos, o castigo é aplicado à mulher, e não ao homem (Nm 12,1-16). Ozias, rei de Judá, também foi tomado pela lepra, como castigo divino por não ter removido os “lugares altos” onde o povo sacrificava e oferecia incenso (2Rs 15,1-5). Giezi, servo de Eliseu, igualmente, foi castigado com a lepra por ter usado de uma mentira para receber do general sírio Naamã uma oferta, a qual havia sido recusada por Eliseu; o próprio Naamã havia sido curado da lepra por ter acreditado na palavra de Eliseu (2Rs 5,1-27).

A pessoa com os sintomas que eram considerados como sendo “lepra” devia apresentar-se com roupas rasgadas, viver isolada da comunidade, gritando: “imundo”, quando alguém se aproximasse. O leproso é o doente típico da exclusão. Outros doentes são mencionados nos evangelhos: cego, surdo, mudo, paralítico, possesso... não vê, não ouve, não fala, não age, possuído por um mau espírito da ideologia opressora. Trata-se de traços simbólicos da exclusão, particularmente a cegueira, evocada no livro de Isaías em um texto parcialmente reapresentado por Lucas em seu evangelho (4,18-19) na narrativa da inauguração do ministério de Jesus em Nazaré, em uma suposta sinagoga: “O espírito do Senhor Deus está sobre mim, porque o Senhor me ungiu. Enviou-me para anunciar a boa-nova aos pobres, para curar os de coração aflito, anunciar aos cativos a libertação, tirar do cárcere os prisioneiros, da masmorra os que estão na prisão escura, para abrir os olhos aos cegos...” (Is 42,6-7; 61,1-2).

O texto acima, típico do Segundo Isaías, dirigido às elites de Israel no exílio da Babilônia, continua com o anúncio esperançoso da glória final destas elites, com a posse das riquezas das demais nações, as quais estarão a serviço dos eleitos: “Para proclamar o ano agradável do Senhor e o dia da vingança do nosso Deus; para levar aos entristecidos de Sião glória em vez de cinza, óleo de gozo em vez de tristeza, vestes de louvor em vez de espírito angustiado... Serão chamados de Carvalhos da Justiça, árvores ornamentais do Senhor... Reconstruirão as velhas ruínas, reerguerão os escombros antigos. Renovarão as cidades arrasadas, destruídas de geração em geração. Os estrangeiros estarão a vosso serviço, para cuidar dos vossos rebanhos, gente estranha lavrando a terra e cuidando dos vinhedos para vós. E vós sereis chamados sacerdotes do Senhor, Ministros de nosso Deus. A riqueza das nações será o vosso alimento, a glória que elas possuíam, o vosso esplendor” (Is 61,3-6).

A relação do sacerdote com a doença resultava da compreensão de que a mesma, ou o sofrimento em geral, era castigo de Deus por pecados praticados por esta pessoa,

e cabia ao sacerdote ministrar os sacrifícios de reparação, quando curada, mediante as ofertas prescritas (Lv 14 em relação à lepra). Daí o protesto dos escribas diante das palavras de Jesus: “Por que este fala assim? Blasfema! Quem pode perdoar pecados senão só Deus?”, pois defendiam o pretensão direito exclusivo dos sacerdotes que se afirmavam como representantes de Deus.

No evangelho de João fica bem caracterizada a tradição segundo a qual a doença era tida como fruto do pecado: “E, passando Jesus, viu um homem cego de nascença. E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo: Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus” (9,1-3).

A prática libertadora de Jesus

Na narrativa de Marcos, a cena da cura do paralítico acontece quando Jesus, depois de sua primeira viagem percorrendo a Galileia, volta para Cafarnaum, à margem do Mar da Galileia. A detalhada narrativa começa mencionando a casa de Jesus e termina com a ida do paralítico curado para sua casa.

A multidão, sabendo que ele estava em casa, para aí acorre e Jesus lhes dirige a palavra. A casa é o centro de convergência da multidão e o lugar da ação libertadora de Jesus, afastando-se da sinagoga ou do Templo. O lugar do ensino e do encontro com Deus, em Jesus, não é mais a sinagoga ou o Templo, mas a “casa”. Marcos, de início, realça que Jesus “anunciava a palavra” à multidão que enchia sua casa. As “multidões” (*ochlos*, no texto grego) aparecem 137 vezes nos evangelhos (48 em Mateus, 37 em Lucas, 33 em Marcos, 18 em João). A palavra usada pelos evangelistas (*ochlos*) designa o grande número de excluídos e empobrecidos pelo sistema religioso-social sob controle daquelas elites. Fica em evidência que Jesus convive com estas multidões, mantendo-se afastado do “pequeno resto”, como assim se julgavam as elites religiosas instaladas no Templo e nas sinagogas, separadas do povo. Os rabinos orientavam os seus devotos a não participarem de refeições nem a viajar com esses excluídos. Jesus se solidariza com os pobres, dos quais os líderes religiosos se afastam.

É próprio de Marcos, com frequência, destacar a atividade de Jesus em anunciar a palavra que liberta e comunica vida. Embora os discursos de Jesus sejam raros em Marcos, a palavra é anunciada através de ações libertadoras, como expressão concreta de seu ensino. As ações e diálogos que se seguem exprimem o núcleo do ensino e da prática de Jesus: o amor misericordioso de Deus que liberta dos pecados e comunica a vida. Entra em cena um paralítico, carregado por quatro homens, e segue a cena pitoresca da sua descida deitado na maca, diante de Jesus, por um buraco feito no teto da casa, em forma de terraço. Jesus é tocado pela fé, não só do paralítico, mas também daqueles que o carregavam. Dirigindo-se ao paralítico que lhe é apresentado, Jesus lhe anuncia o perdão dos pecados.

Os escribas se escandalizam e acusam Jesus de blasfêmia, pois a casta sacerdotal de Jerusalém se apresentava como únicos e legítimos representantes de Deus para perdoar os pecados, mediante sacrifícios e ofertas, sob seu controle. Jesus rompe com este

esquema. A acusação de blasfêmia é a preparação para a condenação final de Jesus pela casta religiosa que se sente ameaçada por sua ação libertadora (Mc 14,64).

A prática de Jesus tem duas dimensões: isenta de qualquer culpabilidade os acusados de pecado, conforme os critérios dos escribas, fariseus e sacerdotes, baseados na tradição de Lei, e acolhe-os com grande amor e amizade, rejeitando a sua exclusão religiosa e social. São os novos laços de relacionamento humano que vencem um mundo onde tem prevalecido o privilégio de minorias que moldam uma cultura de poder e submissão, que atende a seus interesses particulares.

O núcleo desta narrativa de milagre é a revelação do amor misericordioso de Deus, manifestado na prática de Jesus, que concede o perdão/libertação dos pecados, libertando os humilhados e oprimidos e restaurando-lhes a dignidade e a vida. João Batista, no deserto, já anunciava a remoção dos pecados pela prática da justiça. Tal anúncio e tal prática chocam-se frontalmente com o sistema do Templo e das sinagogas. O ministério da misericórdia suscita conflitos diante da resistência daqueles que se apegam às rígidas tradições que favorecem seus privilégios. A cura do paralítico é sinal do bem maior que é o perdão recebido. Jesus, diante daquele paralítico, prioriza a sua libertação da condição humilhante e excludente de “pecador”. E a libertação de sua paralisia segue-se como sinal exterior de sua dignidade restaurada.

Se a doença é fruto do pecado, Jesus removendo o pecado remove a doença. A cura do paralítico simboliza a libertação decorrente do perdão dos pecados. Jesus, com sua prática misericordiosa, liberta os humilhados e oprimidos pelo sistema do Templo, e restaura-lhes a dignidade e a vida. Jesus remove a humilhação imposta ao povo humilde pelos sacerdotes e rabis que acusavam este povo de pecadores por inobservância a qualquer um dos 613 mandamentos da Lei. Conforme a narrativa do evangelho de João, por ocasião da terceira visita de Jesus a Jerusalém, na festa das Tendias, quando os guardas, que haviam sido enviados pelos chefes dos sacerdotes e fariseus para prender Jesus, voltaram sem trazê-lo, disseram: “*Jamais um homem falou assim!*”; então os chefes religiosos replicaram: “Também fostes enganados? Alguns dos chefes ou alguém dos fariseus por acaso creram nele? Mas este povo, que não conhece a Lei, são uns malditos!” A partir da humilhação dos pequeninos e de sua exploração, as elites religiosas se firmavam em poder e riqueza, o que se evidencia na denúncia do templo de Jerusalém como sendo covil de ladrões (Mc 11,15-18; Mt 21,12-13; Lc 19,45-46; Jo 2,14-16). Neste sentido temos, também, a advertência de Lucas (16,13): “Ninguém pode servir dois senhores, porque, ou há de odiar um e amar o outro, ou se há de apegar a um e desprezar o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (cf. Mt 6,24), e, em continuação: “E os fariseus, que eram amantes do dinheiro, ouviam todas estas coisas, e zombavam dele” (Lc 16,14). A partir da ideologia da eleição divina formava-se uma teocracia privilegiada e rica que oprimia e explorava o próprio povo tido como eleito. Enquanto que no Antigo Testamento o excluído carente, doente e sofredor, é qualificado de pecador, Jesus se empenha em que todos sejam libertados da exclusão e gozem de saúde e vida plena.

O ateísmo daqueles que afirmam que Deus é criação humana é consequência das ideologias religiosas que, se constituindo em verdadeiro escândalo, deformam a imagem de Deus em benefício de etnias ou grupos particulares.

“A raiz de todos os males é o amor ao dinheiro” (1Tm 6,10), com a disputa de privilégios e poder, gerando exclusão, violência, atentando contra a vida. No âmbito religioso esta raiz se alimenta do húmus da “eleição divina”. A discriminação e violência religiosa estão presentes nas antigas religiões egípcias e asiáticas, como nas castas e conflitos dentro do hinduísmo, bem como nas religiões monoteístas, com sua divindade particular, grupal, étnica, ou nacional. Hoje, elas se evidenciam nos conflitos dentro do islamismo, bem como no cristianismo europeu e estadunidense, no judaísmo de Israel, com seu imenso arsenal atômico e, particularmente, na ocupação dos territórios palestinos.

Pela memória de Jesus feita pelos evangelistas pode-se perceber que Jesus, empenhado em que “todos tenham vida, e a tenham plenamente”, com liberdade e dignidade, vem resgatar a imagem de Deus, deformada pela ideologia religiosa, que favorece grupos e etnias particulares. O mandamento maior do amor ao próximo, equivalente ao amor a Deus, supera toda a Lei e os profetas (Mc 22,34-40; Mt 22,34-40; Lc 10,25-28). Contudo o “próximo” não é aquele que pertence ao grupo dos eleitos e privilegiados, mas o seu protótipo é o samaritano, desprezado por estes eleitos (Lc 10,29-37). Jesus vem libertar da exclusividade da eleição divina e da Lei, revelando o pleno amor de Deus a toda sua criatura. O pecado não é o descumprimento da Lei, mas sim todo atentado à vida.

Quando Jesus, diante do paraplégico que lhe é apresentado, anuncia, com prioridade, a sua libertação dos pecados, o destaque é, justamente, a libertação de uma doutrina excludente e opressora. É como se Jesus lhe dissesse: “Você não é pecador, você está livre para andar e agir...”. Jesus remove a antiga imputação de “pecador”, libertando os humildes e oprimidos, acolhendo e integrando-os no fraterno convívio comunitário e social, sentando e comendo com eles (Mc 2,15-17; Mt 9,10-13; Lc 5,29-32), resgatando-lhes a dignidade e o sentido da vida. Assim passam a ver, ouvir, falar, andar, livres da opressão ideológica religiosa, compreendendo, com discernimento, a realidade que os cerca e assumindo iniciativas transformadoras deste mundo. Libertados, se dispõem ao seguimento de Jesus em sua prática amorosa e vivificante, no caminho da comunhão de vida eterna com o Pai.

A narrativa de milagre, como forma literária simbólica ou como expressão de um fato isolado, tem um sentido mais universal e mais abrangente no favorecimento da vida, que é o amor e a misericórdia, a serem vivenciados na simplicidade do nosso dia a dia. A prática de Jesus não significa que vem salvar todos por milagres inúmeros, mas, sim, que o amor semeado em nossos corações é fonte de perdão, libertação, e vida.

No evangelho de Marcos percebe-se como as narrativas de curas são a expressão da integração dos excluídos no novo mundo do Reino. Aqueles que não ouviam, agora estão ouvindo; os que não viam, agora passam a ver; os que não falavam, agora falam;

os excluídos pelo sistema sociorreligioso, agora participam. Os possessos por uma ideologia opressora são libertados.

As ações de Jesus manifestam o infinito amor do Pai. Jesus (Filho do Homem) desmonta a autoridade da classe sacerdotal e dos escribas “na terra”, onde ele está presente como Filho de Deus. As ideologias que usam o nome de Deus para respaldar poderosos neste mundo estão esvaziadas. O perdão é fruto não do poder, mas sim do amor misericordioso. Quem é amado passa a ter consciência de que está libertado da acusação de pecador, que o humilha, deprime, exclui e paralisa. O sinal de sua libertação é o levantar-se e o agir amoroso e solidário com a comunidade.

Bibliografia

- BOSI, Alfredo. *Ideologia e Contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CHEVITARESE, André L., CORNELLI, Gabriele. *A descoberta do Jesus histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- GALLAZZI, Sandro. *A Teocracia Sadocita, sua história e ideologia*. Macapá: S. Gallazzi, 2002.
- GARAUDY, Roger. *Deus é necessário?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- GARBINI, Giovanni. *History and Ideology in Ancient Israel*. London: SCM Press Ltd, 1997.
- GOPPELLT, Leonhard. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus – Ed. Teológica, 2003.
- HORSLEY, Richard A. *Arqueologia, História e Sociedade na Galileia*. São Paulo: Paulus, 2000.
- JOBLING, David, e outros. *A Bíblia pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.
- LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia. História antiga de Israel*. São Paulo: Paulus – Loyola, 2008.
- MARQUERAT, Daniel. *Novo Testamento, história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2009.
- RICHARD, Pablo. *O movimento de Jesus depois da ressurreição*. São Paulo: Paulinas, 1999.

José Raimundo Oliva
jraimundooliva@hotmail.com.br